

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

*Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax : +251115- 517844
Website : www.africa-union.org*

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Décima- Sétima Sessão Ordinária
30 de Junho - 1 de Julho de 2011
Malabo, GUINÉ EQUATORIAL**

**Assembly/AU/3 (XVII)
Original: Inglês**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A EXECUÇÃO DAS
DECISÕES ANTERIORES DO CONSELHO EXECUTIVO E DA
CIMEIRA DA CONFERÊNCIA**

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES DO CONSELHO EXECUTIVO E DA CONFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

1. A Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.318(XV) sobre a Implementação das Decisões Anteriores do Conselho Executivo e da Conferência, adoptada pela 15ª Sessão Ordinária da Conferência realizada em Kampala, Uganda, em Julho de 2010, solicitou a Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP), a melhorar o formato do relatório de implementação das Decisões anteriores.

2. Na sequência da adopção do novo formato do relatório de implementação das várias Decisões, Declarações e Resoluções do Conselho Executivo e da Conferência, no terceiro Retiro Conjunto entre o Comité dos Representantes Permanentes (CRP) e a Comissão da União Africana (CUA), recentemente realizado em Nazareth, Etiópia, de 31 de Março a 2 de Abril de 2011, a Comissão determinou as principais Decisões saídas das duas Cimeiras anteriores realizadas em Kampala, Uganda, e Adis Abeba, Etiópia, em Julho de 2010 e Janeiro de 2011, respectivamente.

3. As Decisões tomadas pelos Órgãos Deliberativos, nomeadamente o Conselho Executivo e a Conferência da União, durante as suas Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Especiais, constituem a base jurídica em que a Comissão e outros Órgãos da União, bem como outros intervenientes e parceiros como as CERs obtêm a autoridade e o mandato para levar a cabo as actividades destinadas a promover o processo de integração continental e a rede global.

4. O relatório compilado resume os progressos feitos na implementação das Decisões do Conselho Executivo e da Conferência da União durante o período em análise e fornece informações sobre as medidas tomadas para promover e facilitar a cooperação entre os Estados Membros, especialmente nos domínios relacionados com paz e segurança, administração, finanças, questões socioeconómicas, científicas, culturais e políticas em que a Comissão é obrigada a intervir. Globalmente, foram obtidos progressos notáveis desde a Cimeira de Kampala em Julho de 2010 até à data.

5. Importa ressaltar que a maioria das Decisões deve ser implementada pelos próprios Estados Membros. A este respeito, a Comissão procurou identificar as disposições pertinentes das Decisões que devem ser implementadas pelos Estados Membros, em relação às duas últimas Cimeiras (Kampala, Julho de 2010 e Adis Abeba, Janeiro de 2011). A Comissão transmitiu essas Decisões aos Estados Membros e solicitou-os a apresentarem informações relevantes sobre o estado de implementação nos respectivos países até 1 de Setembro de 2011. Após a recepção dessas informações, a Comissão irá analisá-las, classificá-las e compilá-las de forma sucinta para posterior apresentação à 18ª Cimeira de Janeiro de 2012, em Adis Abeba.

6. Durante o período em análise, muitas iniciativas destinadas a promoverem o desenvolvimento no âmbito da dinâmica de mudança do continente africano foram levadas a cabo. Essas iniciativas incluem:

- Acções adoptadas pela Conferência sobre a Saúde Materna, Neonatal e Infantil e Desenvolvimento em África;
- Compromisso renovado para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs);
- Preocupações em relação ao bem-estar da criança e às questões de género;
- Compromisso para o combate à corrupção;
- Prevenção e resolução de conflitos;
- Avanço tecnológico e integração das iniciativas existentes em infra-estruturas;
- Segurança alimentar e alterações climáticas;
- Procura de fontes alternativas para o financiamento da União;
- A necessidade do envolvimento da juventude nas políticas do continente, o que levou à escolha do Tema “Acelerar a Capacitação da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável” para a Cimeira de Junho/Julho de 2011, em Malabo, Guiné Equatorial.

7. No decurso da implementação das Decisões, foram enfrentados muitos problemas técnicos, humanos, materiais e financeiros, o que explica o adiamento da implementação de algumas Decisões importantes para uma data posterior, quando as condições que constituíram obstáculos tiverem sido ultrapassadas..

8. A Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes, continuará a trabalhar no sentido de assegurar a apresentação apenas de relatórios informativos, concisos e de fácil leitura sobre a implementação das Decisões anteriores, à medida que são envidados esforços para limitar o número de Decisões tomadas pelos Órgão Deliberativos, tendo em conta as restrições orçamentais e a escassez de recursos necessários para a execução das Decisões.

RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES
DO CONSELHO EXECUTIVO E DA CONFERÊNCIA 15ª CIMEIRA,
KAMPALA, JULHO DE 2010

A. Decisões do Conselho Executivo

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
Decisões						
1.	EX.CL/Dec.556 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar os preparativos da Terceira Cimeira da ASA, a ser realizada na Grande Jamahiriya Árabe Líbia, em 2011, e • Trabalhar com a Turquia a fim de concluir o Pano de Acção e garantir a sua implementação 	<p>Esta questão foi levantada na terceira reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Fórum de Cooperação ASA (ASACOF), realizada em Nova Iorque, EUA, a 27 de Setembro de 2010, e a Líbia assegurou que os preparativos para a III Cimeira estão em curso e que as informações necessárias sobre a Cimeira seriam disponibilizadas a todos os Estados-membros num futuro próximo.</p> <p>Uma acção foi levada a cabo pela Comissão e pelo CRP através do seu Subcomité de Cooperação Multilateral.</p>	<p>Foi difícil organizar a reunião com a Turquia</p>	<p>Líbia como um anfitrião, a Nigéria, o Coordenador Africano, o Fundo Multilateral de Cooperação, o Subcomité e a Comissão irão continuar as suas consultas e apresentar relatórios na devida altura</p> <p>Plano Conjunto de Implementação da Parceria África-Turquia 2010-2014 foi finalizado durante o Grupo de Trabalho Conjunto e da Reunião de</p>	BCP

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
					Funcionários de Altos Nível, realizada em Ancara, na Turquia de 14 a 15 Dezembro de 2010	
2.	EX.CL/Dec.557 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> Informar o Conselho Executivo, através do CRP e do seu Subcomité de Cooperação Multilateral antes de entrar em novas relações com outros países e Organizações Internacionais 	Anotado para cumprimento no futuro			BCP
3.	EX.CL/Dec.558 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> Conferência dos países das regiões afectadas pelo efeito desestabilizador dos grupos armados tais como o LRA e Al Shabaab, com vista a fazer face à ameaça dos referidos grupos nos Estados Membros, em geral, e nas populações civis em particular; 	DPA participou em Outubro de 2010 na Reunião Ministerial sobre o LRA em Bangui (CAR), organizado pelo PSD. A reunião decidiu criar o controlo militar conjunto e brigadas.			DAP & DPS
4.	EX.CL/Dec.559 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que as reuniões que versem os mesmos temas e que tenham os mesmos participantes sejam realizadas ao mesmo tempo ou consecutivamente e de preferência nos mesmos locais, e neste sentido, deve haver uma coordenação 	Implementada			OSGC & DCMP

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>com todos os parceiros relevantes e, em particular, com a Comissão Económica das Nações Unidas para África em relação às suas respectivas reuniões de idêntica natureza;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões organizadas conjuntamente com outros parceiros e agências de desenvolvimento devem constar no Calendário de Reuniões da UA para evitar que não estejam justificadas no orçamento e noutros processos 				
5.	EX.CL/Dec.560 (XVII) e Assembly/AU/Dec . 290 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Finalizar os Estatutos da Universidade Pan-Africana • A Região Austral e a Região do Norte devem finalizar as consultas e designar os países com capacidade de acolher as áreas temáticas das Ciências Espaciais, e da Água e Energia, incluindo os Institutos de Alterações Climáticas, respectivamente 	Implementada	<p>Disponibilização tardia de fundos; Pessoal inadequado</p> <p>Como esperado, é necessário um período de tempo mais longo para se chegar a um</p>	<p><u>Em curso para o Lançamento</u> Progressos significativos realizados no sentido de lançar os três primeiros Institutos da PAU na Nigéria, Camarões e Quénia em Setembro de 2011</p> <p>Documentos de política finalizados para apresentação na cimeira de Julho 2011</p>	RHCT

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
				consenso sobre os projectos regionais e continentais	<p><u>SOBRE AS REGIÕES SUL E NORTE</u> Debates realizados com a SADC</p> <p>África do Sul recusou oficialmente acolher o Instituto de Ciências Espaciais da PAU</p> <p>Ministros de Ciência e Tecnologia da SADC irão reunir-se em Maio de 2011 para rever a questão e apresentá-la ao Chefes de Estado e Governo no final de 2011 para uma decisão final.</p> <p>África do Norte ainda por comunicar a decisão como uma região da Argélia acolher o Instituto.</p>	
6.	EX.CL/Dec.563 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> A Comissão, em colaboração com as Comunidades Económicas Regionais, devem 	<ul style="list-style-type: none"> O Dia Africano de Fronteiras foi celebrado na sede da UA, em Addis Abeba, sob o tema: "Unir e 			DPS

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>desempenhar os seus respectivos papéis na implementação e na monitorização do AUBP</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Dia Africano de Fronteiras” seja celebrado, anualmente, a 7 de Junho, em referência à data em que foi realizada a Primeira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas Questões de Fronteiriças 	<p>integrar a África através de fronteiras pacíficas abertas e prósperas”. A celebração incluiu um painel de debate sobre "Múltiplas perspectivas para as fronteiras Africanas", uma exposição fotográfica sobre o "Fazer Fronteiras Africanas", e um documentário intitulado "Fronteiras Africanas - De Obstáculos a Pontes".</p>			
7.	EX.CL/Dec.564 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> • A Comissão, em colaboração com a UNECA e o BAD a devem dar início às reflexões sobre os ODMs para o período posterior a 2015; • A Comissão deve a informar regularmente sobre os progressos registados na implementação dos ODM em África. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não implementado. A ser implementado em 2011 • Projecto de relatório dos ODM de 2011 foi preparado e apresentado durante a Reunião de Peritos em Kampala • Foi submetido à Conferência de Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico em Março de 2011; Será submetida à Cimeira para adopção. • O documento final está a ser traduzido e será 	Falta de Pessoal	Necessidade de reforçar a equipa de coordenação das ODM através do recrutamento de uma equipa de apoio	DEA

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
			impresso e distribuído a todos os Estados-membros			
8.	EX.CL/Dec.565 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> A Comissão deve coordenar com a UNECA, o BAD e outros intervenientes relevantes sobre a implementação da Carta Africana de Estatística bem como SHaSA, e informar regularmente o Conselho Executivo sobre os progressos registados (SHaSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Até agora, 20 países assinaram e três ratificaram a Carta; Todos os planos de acção sectoriais foram integrados no SHasa (Estatísticas sobre Agricultura, estatísticas de registo civil, plano de acção de formação, conta Nacional, etc A avaliação da implementação da Carta está em curso; A orientação metodológica para o mecanismo de revisão pelos pares da Carta está a ser elaborada 	Falta de Pessoal e recursos Adequados	<p>Necessidade de reforçar a Divisão de Estatística através do preenchimento de novos postos</p> <p>Financiamento adequado da Divisão</p>	DEA
9.	EX.CL/Dec.567 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> Submeter um relatório de actividades Consolidado sobre a implementação do Plano de Acção relativo aos Resultados da Cimeira Especial sobre Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente à Sessão Ordinária do Conselho Executivo em 				DAP

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
10.	EX.CL/Dec.568 (XVII)	<p>Junho/Julho de 2011.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Submeter as recomendações sobre o Relatório de Actividades sobre o Plano de Acção de Maputo à 17ª Sessão Ordinária da Conferência, conforme solicitado pelo CAMH4; • Realizar uma avaliação final e submeter o seu respectivo relatório ao Conselho Executivo em 2014, em preparação para avaliação dos ODM em 2015 	<p>A implementação desta Decisão foi reportada durante a Cimeira de Julho de 2010</p>			<p>DAS</p>
11.	EX.CL/Dec.569 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o tema do Dia da Criança Africana para o ano 2011 que é o seguinte: <i>“Juntos Para Acções Urgentes a Favor de Crianças de Rua”</i>; (recomendado pela ACERWC) 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios sobre a implementação da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança foram recebidos dos Camarões, Togo, Líbia e Sudão • Djibuti ratificou a Carta em 25/01/2011 • Sobre o tema do Dia Africano da criança: <ul style="list-style-type: none"> - Notas verbais e cartas foram enviadas a todos os Estados- 			

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
			<p>membros e parceiros para informar sobre o tema,</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nota Conceptual sobre o tema (objectivos e resultados previstos) e o discurso do Presidente da ACERWC sobre a celebração do Dia foram enviados a todos os estados-membros e parceiros e também publicado no site da UA 			
12.	EX.CL/Dec.570 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> Operacionalizar plenamente o Secretariado do Conselho Consultivo para a Corrupção o mais cedo possível; 	<p>Parcialmente implementado, através da contratação de um Secretário Executivo Provisório, um (1) Perito de Governação Sénior e um assistente (1) Administrativo.</p>	<p>Constrangimentos financeiros: Orçamento insuficiente. Ausência de uma decisão do CRP sobre a Estrutura do Secretariado</p>	<p>Aumentar o orçamento do Conselho Necessidade de um decisão urgente do CRP sobre a estrutura do Secretariado</p>	<p>CONSELHO CONSULTIVO SOBRE A CORRUPÇÃO (ASSUNTOS POLÍTICOS)</p>
13.	EX.CL/Dec.573 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> A Comissão, a Agência de Planificação e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e todos os Órgãos 	<ul style="list-style-type: none"> Fase I e II concluídas. A Fase III que está em implementação, abrange consultas sobre IAIDA 		<p>Elaboração de instrumentos de gestão / procedimentos;</p>	<p>DIE</p>

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		e Instituições relevantes da União Africana, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento, devem realizar um estudo sobre a AIAI; e apresentar recomendações adequadas ao Conselho Executivo, através do Comité dos Representante Permanentes para a sua análise em Junho/Julho de 2011	com os vários intervenientes, ou seja, CERS, instituições especializadas, NPCA, Agências da ONU, o BAD, CTEs e CRP para a entrada e subsequente apropriação e internalização de IAIDA		Mobilização de recursos para a implementação de IAIDA (Fase IV).	
14.	EX.CL/Dec.575 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> Tomar as medidas necessárias para continuar a assistir os Estados-membros no processo de prestação de contas sobre o SDGEA 	<p>Os seguintes países apresentaram seus relatórios de referência sobre SDGEA: Argélia, Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Congo Brazzaville, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Lesoto, Libéria, Líbia, Mali, Maurícias, Namíbia, Nigéria, Níger, Ruanda, Senegal, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Chade, Tunísia, Togo, Uganda e Zimbabué</p> <p>Os seguintes países apresentaram seu segundo e/ou seus terceiro relatórios sobre a SDGEA:</p>	<p>Os Estados-membros enfrentam constrangimentos na produção dos seus relatórios anuais sobre a SDGEA</p> <p>O WGDD ocasionalmente enfrenta constrangimentos financeiros</p>	<p>Apoio financeiro aos Estados-membros com vista a recrutar um consultor para elaborar o relatório de base ou segundo relatório sobre a SDGEA</p> <p>Apoio financeiro dos parceiros de desenvolvimento para WGDD para organizar actividades de capacitação para os Estados-Membros sobre a divulgação e implementação da SDGEA, com o</p>	WGDD

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
			<p>Senegal (terceiro relatório), Níger (segundo relatório), Argélia (segundo relatório), Nigéria (segundo relatório), Etiópia (segundo relatório), Burkina Faso (segundo relatório) Namíbia (segundo relatório) África do Sul (segundo relatório). Desta lista, os seguintes países apresentaram o seu relatório para a Cimeira de 2010 entre Maio e Novembro: Djibouti, Congo Brazzaville, Seychelles, Níger, Argélia, Ilhas Maurícias Nigéria, Gabão, Senegal, Egipto, Etiópia, Libéria, Chade, Reino do Lesoto, Uganda, Gâmbia, Burkina Faso, Suazilândia, República Democrática do Congo, Líbia, Togo e Namíbia</p>		<p>objectivo de fazer com que os relatórios sejam apresentados por todos os Estados Membros da UA</p>	
15.	EX.CL/Dec.576 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar com a União Europeia no sentido de estabelecer um "Mecanismo Africano de Integração" 	<p>Debates com a UE em curso. Projecto de proposta a ser apreciado pela UE ao mesmo tempo que realizam</p>	<p>Complexidades na criação de novos instrumentos a nível da UE;</p>	<p>Deve continuar a envolver totalmente a UE e realizar consultas com os</p>	DEA

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		baseado no Mecanismo Africano para a Paz, a fim de encontrar uma solução para as necessidades de financiamento sustentáveis.	debates internos na UE sobre um possível instrumento Pan-Africano no âmbito das próximas perspectivas financeiras da UE.	Total apoio de todos as partes envolvidas	intervenientes africanos	
16.	EX.CL/Dec.577 (XVII) e Assembly/AU/Dec.305 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar e apresentar aos Órgãos Deliberativos os Anexos correspondentes ao Estatuto e Regulamento do Pessoal, conforme especificado no Artigo 78.2 do Regulamento Interno para análise; • Apresentar anualmente ao Conselho Executivo, através do CRP, um relatório sobre o estado de implementação do Estatuto e Regulamento do Pessoal. 				AHRM
	EX.CL/Dec.578 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir plenamente com o Artigo 39º do Regulamento Financeiro até à adopção do Orçamento para o Exercício 2011; • Garantir que todos os órgãos submetam os seus relatórios trimestrais e que a Comissão prepare um relatório resumido de todos os relatórios submetidos 	Implementada			PBFA & SPPME

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<ul style="list-style-type: none"> A Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP), deve melhorar e monitorizar o fluxo dos fundos dos parceiros para a União Africana; Que a Declaração Anual de Política seja intitulada "Estratégia do Quadro Orçamental Anual" 				
17.	EX.CL/Dec.579 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> A AUCIL deve elaborar um Plano estratégico para as suas actividades para o período 2011-2015 e incluir no seu trabalho, investigação e estudos apropriados sobre a base jurídica para compensações pela escravatura e outras questões afins que afectaram o continente africano Que os Membros da AUCIL sejam autorizados a concluir efectivamente o seu mandato a contar a partir da data do início do seu 	<p>AUCIL nomeou um dos seus membros como Relator Especial para preparar um estudo. Um Relatório de Estudo preliminar foi apresentado pelo Relator Especial durante a 3ª Sessão Ordinária da AUCIL que teve lugar de 21 Março a 01 de Abril de 2011.</p> <p>Uma proposta sobre emolumentos e subsídios para os membros da AUCIL ao Subcomité do CRP de Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros,</p>	<p>Recursos afectados a AUCIL em 2011 não são suficientes para cobrir os custos referentes aos estudos realizados por este Órgão</p> <p>O atraso na aprovação das licenças e emolumentos para AUCIL pode ter um impacto negativo na finalização dos</p>	<p>Um relatório final será apresentado à 4ª Sessão ordinária da AUCIL prevista para o último trimestre de 2011, após a qual será apresentado ao Conselho Executivo em Janeiro de 2012.</p> <p>Necessidade da Comissão da UA compilar e apresentar uma proposta comum sobre emolumentos</p>	<p>AUCIL com o apoio da OLC como Secretariado próprio</p>

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		trabalho; • as propostas sobre os subsídios para os Membros da AUCIL e outras questões financeiras bem como assuntos de natureza administrativa, particularmente a situação de recrutamento do pessoal no Secretariado, ao Comité dos Representantes Permanentes através dos seus Subcomités relevantes;	em Dezembro de 2010. Após a apreciação da proposta, o Subcomité recomendou que a AUCIL apresente uma proposta harmonizada com outros Órgãos da União para sua apreciação.	estudos que são realizados pelos Membros durante o período entre sessões.	e subsídios para os membros dos diversos órgãos da UA para apresentação aos órgãos deliberativos	
18.	EX.CL/Dec.581 (XVII)	• O Comité Permanente do ECOSOCC deve acelerar a operacionalização dos seus grupos e realizar reuniões Estatutárias adequadas com vista a desenvolver este processo e apresentar um relatório sobre a implementação desta Decisão à próxima Sessão Ordinária do Conselho Executivo em Junho/Julho de 2011	Reuniões estatutárias apropriadas realizadas e o relatório de implementação será apresentado através do relatório da ECOSOCC a esta 19ª Sessão Ordinária do Conselho.	Nenhum	Desenvolvimento efectivo do quadro de operação com a orientação do Comité Permanente da ECOSOCC	ECOSOCC com o apoio da CIDO como Secretariado deste Órgão
19.	EX.CL/Dec.582 (XVII)	• Implementar a nova tabela de contribuições estatutárias adoptada em Julho de 2010 em Kampala (de acordo com a tabela anexada à Decisão e constante do Documento EX.CL/595(XVII))	Implementada			PBFA

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<ul style="list-style-type: none"> • A nova tabela de contribuições da UA será baseada num tecto de 13.271 por cento sem a imposição de uma taxa mínima; • A nova tabela será implementada para os anos financeiros 2011,2012 e 2013. • ENCORAJAR. os Estados Membros que sejam capazes de contribuir para além do montante estatutário a fazê-lo. 				
20.	EX.CL/Dec.583 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os outros Órgãos da Comissão da União Africana (UA) devem cooperar com a CADHP na execução do seu mandato; 	A CADHP tomou as medidas necessárias para implementar a recomendação do relatório	Constrangimento em termos de Recursos humanos e recursos Financeiros	Aumentar o orçamento da CADHP, bem como a vontade política dos Estados-Membros para implementar as recomendações	DAP
21.	EX.CL/Dec.584 (XVII) e Assembly/AU/Dec . 320(XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Apela a todos os Estados-membros para que intensifiquem a luta contra a transmissão do VIH da Mãe para o Filho em África. • Solicita a coordenação, o mais cedo possível das 	Nenhuma acção levada a cabo.		Ponto proposto pelo Senegal	DAS

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		acções colectivas de todos os actores africanos envolvidos, com a ajuda dos parceiros internacionais relevantes para pôr ponto final a transmissão vertical do VIH/SIDA.				
22.	EX.CL/Dec.586 (XVII) e Assembly/AU/Dec.322 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Que o dia 03 de Abril seja instituído como o Dia do Renascimento de África • Convida a todos os Estados-membros e a Comissão a promover a celebração deste dia e a assegurar que este seja largamente publicado entre as populações 	Nenhuma acção levada a cabo.			DAS
23.	EX.CL/Dec.587 (XVII) e Assembly/AU/Dec.323 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade da integração de todas as iniciativas existentes em particular o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) e do Plano de Acção da UA/NEPAD, com o pleno envolvimento de todas as Comunidades Económicas Regionais (CERs); • A Comissão deve integrar as medidas propostas pela República do Uganda Documento Assembly/AU/17(XV)Add.4) 	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura do contrato com o seleccionado consórcio de empresas e início dos estudos sectoriais a 20 de Maio de 2010. • Realização de actividades de mobilização de recursos (7,781 milhões de euros); • Lançamento oficial do PIDA a 24 de Julho de 2010, em Kampala, durante um evento paralelo da décima quinta (15ª) Sessão 		<p>Elaboração de propostas de política regional e continental, e orientações do Programa, e organizar workshops sectoriais ;</p> <p>Avaliação de Projectos de política, Estratégia, Programas e Recomendações e organizar cinco</p>	DIE

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA)	Ordinária da Conferência da União Africana.		workshops regionais para a criação de um consenso (reuniões de alto nível);	
			<p>O Relatório Preliminar apresentado pelo Consórcio foi debatido no Primeiro Workshop de intervenientes, realizado em Adis Abeba de 29 a 30 de Julho de 2010.</p> <p>Uma informação metodológica sobre as Perspectivas para o Futuro foi apresentada em Setembro de 2010 e um Workshop de validação foi realizado em Joanesburgo a 30 de Setembro de 2010.</p> <p>Fase I do relatório sobre Política Regionais, propostas de Políticas e esboço do Programa Regional apresentado em Março de 2011 e um workshop de validação realizado em Libreville, Gabão, de 18 a 20 de Abril de 2011.</p>		<p>Análise e validação do Relatório do Sector, e relatório de síntese pelo TC e SC;</p> <p>Aprovação dos resultados do estudo da PIDA pelas Conferências Ministeriais do sector e informação aos Órgãos da UA;</p> <p>Aprovação política dos Resultados do Estudo do PIDA;</p> <p>Lançamento da implementação do Plano de Acção Prioritário do PIDA.</p>	

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
24.	EX.CL/Dec.588 (XVII) e Assembly/AU/Dec .324 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Promover consultas, cooperação e troca de experiências na área da justiça constitucional, tendo em vista o desenvolvimento de uma posição comum africana ao nível internacional; • Encorajar os Estados-membros a realizar uma Conferência dos Presidentes dos Tribunais e Conselhos Constitucionais Africanos num Estado Membro, a fim de analisar o projecto de estabelecimento de um Quadro Africano de Justiça Constitucional; • A Comissão da União Africana deve acompanhar esta questão e trabalhar para a realização deste objectivo. 	<p>A Comissão enviou uma nota verbal a todos os Estados-membros encorajando-os a participar numa reunião de consulta dos Presidentes dos Tribunais e os Conselhos Constitucionais de todos os Estados-Membros da União Africana iniciado pela Argélia à margem do 2^o Congresso da Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional, Rio de Janeiro, Brasil, 16-18 Janeiro de 2011.</p> <p>A Argélia organizou uma Reunião de Peritos de 05 a 06 Maio de 2011 e uma Conferência sobre Justiça Constitucional de 07 a 08 de Maio de 2011. A Comissão participou dessas duas reuniões.</p> <p>A Comissão irá implementar as recomendações da referida Conferência, em colaboração com os Estados-membros.</p>		Necessidade de Comissão da UA continuar a acompanhar e a prestar contas	OLC
25.	EX.CL/Dec.589 (XVII) e Assembly/AU/Dec .325 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Criar capacidade e sinergias na aplicação de Ciências Espaciais e Tecnologias para o Desenvolvimento 				DIE & RHCT

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>Sustentável;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apela aos Estados-membros a desenvolver as suas relações de cooperação bilateral e multilateral no domínio das Tecnologias Espaciais a fim de acelerar o seu desenvolvimento. 				
26.	EX.CL/Dec.590 (XVII) e Assembly/AU/Dec .326 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Levar a cabo um estudo sobre as organizações africanas existentes, semelhantes à Organização Regional Africana de Normalização, a fim de obter uma ideia geral sobre as suas actividades e eficácia. • A Comissão deve trabalhar em conjunto com o Comité de Representantes Permanentes (CRP) e seus Subcomités relevantes, e a República do Quénia na compilação de um Relatório sobre a ARSO, incluindo as implicações financeiras e estruturais da integração da ARSO nas Estruturas da UA, para análise pela Conferência, através do Conselho Executivo; 	Em curso			RHCT

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<ul style="list-style-type: none"> A Comissão deve informar sobre a implementação desta Decisão à próxima sessão Ordinária do Conselho Executivo em Janeiro/Fevereiro de 2011 				
27.	EX.CL/Dec.591 (XVII) e Assembly/AU/Dec .327 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Que o dia 30 de Outubro seja celebrado como o "Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África"; A Comissão deve coordenar os esforços dos Estados-membros para a comemoração do Dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional; criar um Grupo Estratégico de dezassete países (17) para liderar e monitorizar a Iniciativa Africana de Celeiro Alimentar em colaboração com o Malawi A Comissão juntamente com a Agência de Planificação e Coordenação (NPCA) da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), em colaboração com os parceiros, foi solicitada a tomar as 	<p>Nota Conceptual sobre o Dia Segurança Alimentar e Nutricional 2011 elaborado e distribuído para comentários, revisto, finalizado, e traduzido para as línguas da UA</p> <p>Nota Verbal para os Estados-membros sobre o Dia da Segurança Alimentar e Nutricional elaborado e traduzido nas línguas da UA</p> <p>Cerca de 32.500 \$EU foram garantidos para a implementação do Dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional 2011</p> <p>Como parte da implementação da estratégia, o processo CAADP está a ser implementado em vários países e aumentou para 25, bem como a elaboração de estratégias e plano para a</p>	<p>A falta de acordo sobre um tema do Dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional 2011 constituiu um obstáculo para o processo</p>	<p>A nota conceptual e a Nota Verbal sobre o Dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional serão enviadas aos Estados-membros</p> <p>Um país será seleccionado para acolher o Dia Africano de Segurança Alimentar e Nutricional 2011</p>	DREA

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		medidas necessárias com vista a desenvolver e coordenar a implementação de uma estratégia para o avanço da visão de uma África com Segurança Alimentar num prazo de cinco (5) anos.	concretização de uma África com segurança alimentar. 9 Países desenvolveram planos de investimento no sector da agricultura e segurança alimentar. Estes planos contêm medidas de resultado rápido para alcançar uma África com segurança alimentar.			
28.	EX.CL/Dec.592 (XVII) e Assembly/AU/Dec.328 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar esforços na aplicação dos direitos humanos em todo o continente, tomando em consideração todos os instrumentos jurídicos pertinentes adoptados pela União Africana; • Apoiar o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas como um fórum de diálogo global sobre as questões dos direitos humanos, com base nos princípios de respeito mútuo, cooperação, objectividade e não-selectividade; • Apoiar a agenda geral e equilibrada do Conselho dos Direitos Humanos, e reforçar 	O HRSA foi adoptado por todos os órgãos da UA e o processo de implementação já iniciou	Restrições financeiras, bem como a falta de vontade política de aumentar a capacidade dos órgãos da UA	Aumentar o orçamento para os Órgãos da UA, com um mandato de direitos humanos	DPA, CADHP em colaboração com a OLC

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		os mecanismos que abordam as questões de importância para a África, incluindo o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância, em todas as suas formas				
29.	EX.CL/Dec.595 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que a NPCA desempenhe o papel técnico necessário nas parcerias estratégicas do continente; 	Acções a serem levadas a cabo			BCP & DEA
30.	EX.CL/Dec.599 (XVII)	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer o acompanhamento da Decisão sobre as candidaturas Africanas dentro do Sistema Internacional 	Em curso com o envolvimento dos Escritórios de Nova Iorque e Genebra para ser submetido à Comissão a 26 de Junho de 2011			DAP

B. Decisões da Conferência

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
Decisões						
1.	Assembly/AU/Dec. 291(XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Alargar o Apelo de Abuja para a Aceleração da Acção para o Acesso Universal aos Serviços do VIH/SIDA, Tuberculose e Malária em África (o Apelo de Abuja) até 2015 de modo a coincidir com os ODMs; • Rever o quadro de informação e divulgá-lo a todos os Estados membros após análise pela 5ª Sessão da Conferência da UA dos Ministros da Saúde; • Monitorizar e realizar uma avaliação da implementação do Apelo de Abuja e submeter um relatório de actividades em 2013 e um relatório final em Junho/Julho de 2015 como preparação para a avaliação dos ODMs em 2015 	Os indicadores do Apelo de Abuja para uma Acção Acelerada Rumo ao Acesso Universal aos serviços de VIH e SIDA, Tuberculose e Malária em África foram revistos e apreciados pela 5ª Sessão da Conferência da UA dos Ministros da Saúde (CAMH5), realizada em Windhoek, Namíbia de 17 a 21 de Abril		<p>Alargar o Plano de Implementação para as áreas prioritárias do Apelo de Abuja para uma Acção Acelerada Rumo ao Acesso Universal aos Serviços de HIV e SIDA, Tuberculose e Malária em África até 2015 para coincidir com os ODM</p> <p>Pilotagem de novos instrumentos em alguns Estados-membros</p> <p>Monitorizar e orientar uma avaliação da implementação do Apelo de Abuja e</p>	DSA

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
					apresentar um relatório de progresso. Reavivar a AIDS Watch Africa	
2.	Assembly/AU/Dec. 292(XV)	<ul style="list-style-type: none"> Concluir o estudo sobre as implicações da capacitação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, de julgar crimes internacionais como o genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, e a apresentar um relatório à próxima Sessão Ordinária da Conferência, 	<p>Foi contratado um consultor que preparou estudo e um instrumento jurídico sobre as implicações da concessão de competência ao Tribunal Africano de lidar com crimes graves de preocupação internacional.</p> <p>A este respeito, dois Workshops (2) de Validação foram realizados de 08 a 12 de Agosto de 2010 e de 08 a 12 de Novembro de 2010, respectivamente, a fim de analisar os documentos acima mencionados, com vista a apresentar recomendações apropriadas aos órgãos deliberativos.</p> <p>Uma Reunião de Ministros da Justiça /Procuradores-Gerais em Maio de 2011 apreciou o relatório de estudo e projecto de instrumento jurídico e recomendou-o a Conferência através do Conselho</p>	Apreciação do projecto de instrumento jurídico legal foi incluído dentro do processo em curso da transformação da Comissão da UA em Autoridade da UA, o que fez, portanto, que se verificasse um ligeiro atraso.	Relatório do Estudo e projecto de instrumento jurídico a ser apresentado à Conferência através do Conselho Executivo para adopção	OLC

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
3.	Assembly/AU/Dec. 293(XV)	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e monitorizar a execução de um plano de acção para a implementação da Carta Africana do Transporte Marítimo; 	<p>Executivo para a sua adopção</p> <p>A Carta foi enviada aos Estados-membros para facilitar a assinatura, ratificação e entrada em vigor.</p> <p>A elaboração do plano de acção foi iniciada e arranjos estão sendo feitos para o lançamento do Comité de Acompanhamento</p>	Falta de recursos humanos adequados	Envolver os intervenientes africanos e peritos em assuntos marítimos, especialmente representantes Africanos na IMO, que foram fundamentais na elaboração da Carta no que refere à facilitação da sua ratificação e implementação nas CERs e nos Estados-membros.	DIE em colaboração com a OLC
4.	Assembly/AU/Dec. 295 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar recomendações sobre a melhor forma de suster a campanha para a Paz para além de 2010 que foi o Ano da Paz e Segurança em África 	A Comissão apresentou recomendações para a 16 ^a Sessão Ordinária da Conferencia, que adoptou a decisão Assembly/AU/Dec.339. (XVI) que endossa as recomendações sobre a implementação de uma estratégia de sustentabilidade a longo prazo para a campanha ACÇÃO PELA PAZ	Limitações em termos de recursos humanos e Financeiros. Atraso na criação de um secretariado próprio para fazer o acompanhamento da estratégia de sustentabilidade.	Prosseguir a implementação do programa de actividades para o ano de 2011 e além.	DPS
5.	Assembly/AU/Dec. 298 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Convocar uma reunião de Ministros da Justiça/ 	O OLC irá convocar uma reunião de Ministros da	O saldo do orçamento para	O OLC irá analisar a possibilidade de	OLC

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		Procuradores-Gerais dos Estados Membros para analisar e aprovar os instrumentos jurídicos sobre a transformação da Comissão da União Africana em Autoridade da União Africana;	Justiça / Procuradores-Gerais dos Estados-membros a apreciar e a adoptar os instrumentos jurídicos sobre a transformação da Comissão da União Africana para a Autoridade da União Africana, em Adis Abeba a partir de 18 a 19 Maio de 2011;	essa actividade não ira cobrir o custo da reunião Ministerial.	utilizar o orçamento da Conferência após a aprovação do Presidente.	
6.	Assembly/AU/Dec. 299 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão sobre os preparativos para a segunda Cimeira afro-árabe Doc. Assembly/AU/15 (XV) 				
7.	Assembly/AU/Dec. 300 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> A Comissão em colaboração com os Representantes permanentes deve elaborar critérios para a determinação dos Temas da Cimeira 	Durante o Retiro da CUA - CRP em Nazaré, Etiópia (Março de 2011, foi proposto que apenas um tema seja adoptado para cada ano e que a determinação do Tema seja feita através de consultas, inclusive por meio das conferências ministerial sectoriais, tendo em conta as questões críticas que constituem desafios para o continente			OSGC
8.	Assembly/AU/Dec. 301 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> A Comissão, em concertação com o país anfitrião, deve propor, na devida altura, as datas para a realização das reuniões da Conferência de Libreville 	Consultas em curso com o país anfitrião.			OSGC

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
9.	Assembly/AU/Dec. 302 (XV)	<p>em 2014.</p> <ul style="list-style-type: none"> A Comissão da UA deve continuar a cooperar com a UNECA na realização de actividades, projectos e programas conjuntos para o desenvolvimento de África, sobretudo através da transformação da Conferência Conjunta UA – UNECA dos Ministros como uma principal plataforma ministerial anual para a deliberação e a troca de ideias sobre questões relacionadas com o crescimento e o desenvolvimento de África; Prosseguir os esforços conjuntos que têm sido envidados com vista a aprofundar as relações entre as três instituições Pan-africanas (UA, CEA e BAD). 	Implementadas. Reuniões Anuais Conjunta a ser realizadas pelas duas instituições.			DEA
10.	Assembly/AU/Dec. 303 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Os Estados-membros, a Comissão e as Comunidades Económicas Regionais devem cooperar plenamente com a República da África do Sul no projecto, SKA prestando o apoio 	A ser implementada pela República da África do Sul	Ainda não há reacções da África do Sul relativamente ao número de Estados-membros que estão a cooperar	Obter informações actualizadas da África do Sul durante a reunião da Mesa da AMCOST em Julho de 2011	RHCT

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>necessário à proposta da África do Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> • 				
11.	Assembly/AU/Dec. 307 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalizar a criação do Fundo Africano de Petróleo cujo financiamento será feito voluntariamente; de acordo com a Declaração e Plano de Acção de Adis Abeba sobre a operacionalização do Fundo Africano do Petróleo; • A Comissão, em colaboração com o BAD e outros parceiros de desenvolvimento, devem implementar as medidas contidas na Declaração e Plano de Acção de Adis Abeba. 	<p>Criação do TFG em curso e</p> <p>Recrutamento de um perito para actualizar dados e contribuir para a formação de peritos dos Estados-membros.</p>	<p>Falta de recursos humanos adequados</p>	<p>Operacionalização eficaz da APF</p>	<p>DIE</p>
12.	Assembly/AU/Dec. 308 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a CAHOSSC para garantir a coordenação efectiva das negociações sobre as alterações climáticas com respeito à 16ª Conferência das Partes COP 16 e COP 17 em Cancun, México e África do Sul e 2010 em 2011 	<p>Implementadas e reportado durante a Cimeira .</p> <p>A Comissão facilitou os peritos que criaram um Grupo Estratégico e estão no processo de criação de um Gabinete formal de acordo com a decisão da Conferência.</p>			<p>DREA</p>
13.	Assembly/AU/Dec.	<ul style="list-style-type: none"> • SOLICITA IGUALMENTE 				<p>C10 sobre as</p>

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
	309 (XV)	<p>que os Representantes Permanentes Africanos do Comité do Dez junto das Nações Unidas, continuem a trabalhar em estreita colaboração com os outros Representantes Permanentes Africanos junto das NU, bem como com outros Grupos de Interesse no âmbito das Negociações Intergovernamentais em curso sobre o Processo de Reforma do Conselho de Segurança;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comité dos Dez deve acompanhar de perto este assunto até que a África alcance os seus objectivos e que apresente Relatórios sobre o progresso realizado na próxima Sessão Ordinária da Conferência em Junho/Julho de 2011. 				Reformas da ONU apoiadas pelo DAP e Escritório de Nova Iorque
14.	Assembly/AU/Dec. 311 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Submeter mais rapidamente possível, ao Conselho de Paz e Segurança recomendações concretas visando a prevenção e combate ao terrorismo; 				DPS

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<ul style="list-style-type: none"> • Todos os Estados Africanos para estabelecer uma cooperação estreita entre si directamente e através das instâncias competentes da UA na implementação de medidas reforçadas de cooperação, de entreaajuda judiciária e de coordenação entre os serviços de segurança, a fim de assegurar a eficácia da acção colectiva de África contra o terrorismo; • Efectuar todas as consultas necessárias e iniciar acções apropriadas para a mobilização de um grande apoio e uma contribuição efectiva da comunidade internacional no combate ao terrorismo em África, incluindo o corte das suas fontes de financiamento, dentre as quais o pagamento de resgate; 				
15.	Assembly/AU/Dec. 312 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão sobre as Fontes Alternativas de Financiamento 	Nomeados Membros do Painel de Personalidades Eminentes			
16.	Assembly/AU/Dec. 316 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • A Comissão deve garantir o cumprimento do Artigo 19 (3) do Regulamento Interno 	Anotado para cumprimento futuro			OSGC em colaboração com o PBFA e

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>da Conferência de forma a providenciar as implicações financeiras de todos os projectos de Decisões submetidos aos Órgãos Deliberativos para análise;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estados Membros e a Comissão devem observar estritamente as Normas dos Órgãos Deliberativos. 				OLC
17.	Assembly/AU/Dec. 317(XV)	<ul style="list-style-type: none"> • A NPCA deve garantir que o seu trabalho temático e programático inclua plenamente as prioridades sectoriais identificadas no quadro da NEPAD; • A NPCA deve redobrar a sua atenção na realização concreta do seu mandato e na coordenação da implementação dos principais objectivos da NEPAD, especialmente dos programas/projectos regionais e continentais prioritários da África e mobilização de parceiros e recursos; • A NPCA deve aumentar o apoio técnico aos Estados Membros nos domínios da Agricultura e Segurança 				BCP, DEA, CUA , NPCA

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>Alimentar, proporcionando as orientações técnicas necessárias sobre o acesso ao financiamento global, a fim de impulsionar a implementação do CAADP;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade urgente de ultrapassar os desafios inerentes aos projectos regionais de infra-estruturas e os que envolvem múltiplos países, sobretudo a capacidade técnica limitada, os recursos financeiros e a apropriação política ao mais alto nível • Necessidade primordial de financiar e promover projectos regionais de infra-estruturas, através de uma liderança política, o que é como uma condição prévia para o sucesso • África deve participar em todos os níveis de consulta e processos de tomada de decisão do G20 • A parceria de África com o G20 deve basear-se nas prioridades chave da 				

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>NEPAD conforme apresentado do Relatório do Presidente da HSGOC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade premente da realização dos compromissos pelos parceiros de desenvolvimento e neste sentido exorta os parceiros de G8 a cumprir plenamente os seus compromissos em relação à África para a sustentabilidade da parceria; • A Comissão da UA e NPCA devem finalizar o Relatório da Avaliação sobre os compromissos da parceria G8/África até a Sessão Ordinária da Conferência em Janeiro de 2011 para apresentação pelos Líderes Africanos no Encontro de G8/África de 2011. 				
18.	Assembly/AU/Dec. 318 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Tomar as medidas necessárias com vista à elaboração, em colaboração com o Comité dos Representantes 	Acção levada a cabo			CUA , OSGC

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>Permanentes, de directrizes para a elaboração e adopção de decisões, incluindo o número de decisões e o cronograma para a elaboração de relatórios e a apresentação de recomendações apropriadas à próxima Sessão Ordinária da Conferência,</p>				
19.	Assembly/AU/Dec. 319 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> A Comissão deve trabalhar com a África do Sul e os Estados-membros, para assegurar o sucesso dos preparativos e dos trabalhos da Cimeira da Diáspora, bem como o avanço da iniciativa da Diáspora em geral. 	O Roteiro foi apresentado e aprovado pela 16ª Sessão Ordinária da Conferência.	Nenhum	Planificação eficaz e orientação para a Cimeira na base do roteiro aprovado.	CIDO com o apoio da OSGC
20.	Assembly/AU/Dec. 321(XV)	<ul style="list-style-type: none"> Convida os Estados-membros da União Africana a aderir à Convenção sobre a Proibição e Uso de certas Armas Convencionais que podem ser Consideradas Excessivamente Lesivas ou Geradoras de efeitos Indiscriminados; tendo em vista o reforço da sua contribuição na edificação e consolidação do direito internacional humanitário, 				DAP em colaboração com o DPS e OLC

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>em particular o desenvolvimento de normas internacionais em matéria do controlo de armas convencionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 				
		<ul style="list-style-type: none"> • Decisão sobre a instituição do dia 03 de Abril como Dia da Renascença Cultural de África Doc. Assembly/AU/17 (XV) Add.3 				
21.	Assembly/AU/Dec. 323(XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão sobre a Transformação Socioeconómica e Desenvolvimento de Infra-estruturas em África: nos sectores da Energia, Caminhos-de-ferro, Estradas e TIC - Doc. Assembly/AU/17 (XV) Add.4 				
22.	Assembly/AU/Dec. 324 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão sobre a Criação de um Quadro Africano de Justiça Constitucional Doc. Assembly/AU/17 (XVII) Add.5 				
23.	Assembly/AU/Dec. 325 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão sobre a 3ª Conferência relativa à Aplicação das Ciências Espaciais para o Desenvolvimento 	GMES ainda não implementado	Ausência de Fundos para a criação de um Secretariado /PMU	Encontra-se no Segundo plano de acção da UA / UE e consultas continuam com a	RHCT

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		sustentável em África Doc. Assembly/AU/17 (XV) Add.6			CE para a obtenção de um financiamento específico	
24.	Assembly/AU/Dec. 326 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão sobre a integração da organização regional africana de padronização Doc. Assembly/AU/17 (XV) Add. 7 				
25.	Assembly/AU/Dec. 327 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão sobre a comemoração do dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional Doc. Assembly/AU/17 (XV) Add. 8 				
26.	Assembly/AU/Dec. 328 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão sobre a promoção da cooperação, diálogo e respeito pela diversidade no domínio dos Direitos Humanos DOC. Assembly/AU/17 (XV) Add. 9 				
27.	Assembly/AU/Dec. 329 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão sobre o ponto proposto pela Grande Jamahiriya árabe Líbia popular e socialista sobre a "Revisão da decisão Assembly/AU/Dec.263 (XIII) sobre a Transformação da Comissão da União Africana em Autoridade da União Africana "Doc. 	Não necessita de nenhuma Acção			

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		Assembly/AU/17 (XV) Add.10				
28.	Assembly/AU/Dec. 330 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Decisão sobre a “realização de sessões intercalares da Conferência da União Africana (sessões de Julho)” Doc. Assembly/AU/17(XV) Add.1 1 				
Declarações						
29.	Assembly/AU/Decl. 1 (XV)	<ul style="list-style-type: none"> Implementar Acções adoptadas pela Conferência sobre a Saúde Materna, Neo-natal e da Criança e Desenvolvimento em África até 2015 Compromisso dos Estados-membros de elaborar relatórios de actividades anuais e a Comissão é solicitada a criar um grupo de trabalho sobre a Saúde Neo-natal e da Criança para, entre outro aspectos, preparar tais avaliações e relatórios 	<ul style="list-style-type: none"> Conforme encomendado pela Conferência, o CAMH5 concordou em incluir as crianças e os recém-nascidos na Campanha de Redução Acelerada da Mortalidade Materna em a África (CARMMA) Os Lançamentos da CARMMA continuaram, elevando o total para 29 Estados-membros Um debate do painel entre os Ministros das Finanças e os Ministros da Saúde foi facilitado para melhorar o financiamento da saúde em África O CAMH5 apreciou e 		<p>A República da Tunísia, em conjunto com a CUA e parceiros ira acolher um fórum para partilhar as melhores práticas sobre a Saúde Materna, Neo-natal e Infantil</p> <p>A República de Moçambique em conjunto com a CUA está a planear a realização de uma reunião de intervenientes sobre o</p>	DAS

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
			aprovou os Termos de Referência elaborados pela CUA para o Grupo de Trabalho de Saúde Materna, Neo-natal e Infantil		compromisso do G8 para a Saúde Materna, Neo-natal e Infantil Cinco pessoas eminentes das 5 regiões da África necessitam de ser nomeadas para o Grupo de Trabalho da Saúde Materna, Neo-natal e Infantil	
30.	Assembly/AU/Decl. 1 (XV)	Declaração sobre a realização, bem sucedida, do Campeonato Mundial de Futebol de 2010 pela República da África do Sul				
Resoluções						
31.	Assembly/AU/Res. 1(XV)	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer ainda mais as relações Caraíbas-África e realizar, o mais cedo possível, a primeira Cimeira da Diáspora Africana na República da África do Sul, devendo os Estados-membros, em consulta com a República da África da Sul continuar a trabalhar 				BCP & CIDO com o apoio da OSGC

Nr.	Nr. da Decisão e Título	Acção necessária	Acção levada a cabo (Implementada, Não implementada)	Constrangimentos	Via a Seguir / Recomendações	Responsabilidade
		<p>nesta iniciativa, a fim de desenvolver um roteiro apropriado e um cronograma para este exercício</p> <ul style="list-style-type: none"> • APELA o Governo dos Estados Unidos de América a retirar o embargo de longa data e sem justificação imposto à República de Cuba por forma a permitir que este país goze de todas as perspectivas legítimas para o seu desenvolvimento sustentável que há muito se espera. 				

**RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES
DO CONSELHO EXECUTIVO E DA 16ª CIMEIRA
DA CONFERÊNCIA
ADIS ABEBA, JANEIRO DE 2011**

C. Decisões do Conselho Executivo

No .	No. & Título da Decisão	Ação necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
1.	EX.CL/Dec. 602 (XVIII)	Ajustamento da Estrutura da UA	O Subcomité de Estruturas deve reunir-se para analisar as propostas da CUA e de outros Órgãos			AHRD
2.	EX.CL/Dec. 605 (XVIII)	Prazos estabelecidos para a apresentação dos documentos de trabalho e respeito do tamanho e formato de documentos de trabalho (12 páginas)	Implementado			Toda a CUA
3.	EX.CL/Dec. 606 (XVIII)	Elaboração de uma estratégia africana integrada sobre meteorologia e um quadro de acção relacionado	A ser implementado Os debates com a Organização Meteorológica Mundial estão em curso para o desenvolvimento de uma estratégia e quadro			DREA

No .	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
4.	EX.CL/Dec. 607 (XVIII)	Estudo de Viabilidade sobre um Fundo Pan-Africano de Gestão de Riscos de Catástrofes, conduzido pela UA	<p>Implementado</p> <p>A modelação a nível continental da Capacidade Africana de Gestão de Riscos foi concluída com o apoio dos parceiros. A DREA passará a conduzir e reforçar os compromissos ao nível dos países com os Estados-membros da UA interessados.</p> <p>Implementado: O MdE está a ser finalizado para que a CUA celebre um Acordo Especial com o Programa Alimentar Mundial (PAM) para a prestação de assistência técnica e de gestão durante a Fase de Concepção do Projecto Africano de Reforço da Capacidade de Gestão de Riscos.</p>			DREA
5.	EX.CL/Dec. 611 (XVIII)	Entrada em vigor dos novos Passaportes e Laissez-Passer da UA (incluindo a informação dos Estados-membros sobre os critérios utilizados)	Os novos Passaportes da UA já foram emitidos aos funcionários			AHRD

No .	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
6.	EX.CL/Dec. 615 (XVIII)	Controlo da Droga e Prevenção do Crime considerado como um dos temas para as futuras Cimeiras	<p>O DSA desenvolveu e distribuiu um protocolo de monitorização para a execução total da Decisão EX.CL/Dec. 615 (XVIII)</p> <p>A Violência contra a Mulher está a ser abordada através da campanha AU.COMMIT, que foi lançada e operacionalizada a nível do Continente.</p> <p>Com base no protocolo de monitorização, o DSA iniciou a coordenação continental com os Estados-membros e parceiros através da partilha de informações e identificação das necessidades de cooperação técnica.</p> <p>O DSA iniciou o processo de ampliação do Sistema Continental de Alerta Prévio para incluir a droga e o crime.</p>		<p>Em todos os casos, o DSA tem que reforçar o acompanhamento com vista a facilitar as contribuições e a elaboração de relatórios de modo a dar uma resposta coesa.</p> <p>Necessidade de revisão e eventual prorrogação do Plano de Acção da UA sobre o Controlo da Droga e Prevenção do Crime necessário, incluindo o reforço de capacidades para a sua implementação nos Estados-membros e CER</p>	DSA
7.	EX.CL/Dec. 616 (XVIII)	Relatório sobre os progressos feitos na	O DSA enviou Notas Verbais sobre a divulgação		Lembretes periódicos sobre a	DSA

No .	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
		<p>implementação da Campanha para o Renascimento Cultural de África a ser apresentado à Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Junho /Julho de 2012</p>	<p>dos símbolos da UA e aplicação local da Estratégia de Financiamento Sustentável do Sector de Desenvolvimento da Cultura como um lembrete para os Estados-membros;</p> <p>O lançamento da Campanha para o Renascimento Cultural de África a nível da CEEAC, EAC e IGAD está previsto para ter lugar em Maio/Julho de 2011, em Kinshasa, República Democrática do Congo, e visa advogar a ratificação célere da Carta para o Renascimento Cultural de África;</p> <p>A CAMC IV e PACCIII foram incluídos no calendário de reuniões para 2011. A preparação de Acordos de Sede e de documentação está em curso.</p>		<p>divulgação dos símbolos e aplicação local da estratégia serão enviados ao longo do ano aos Estados-membros;</p>	

No .	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
8.	EX.CL/Dec. 624 (XVIII)	Campanha dirigidas às Nações Unidas para declarar 2012 como Ano Internacional para o Acesso Universal da Energia	A CUA apoia a campanha		A Comissário para as Infra-estruturas e Energia irá reunir com o Director Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), em 20 de Junho de 2011, para resolver a questão e, em particular o estabelecimento de actividades conjuntas para apoiar esta iniciativa.	Departamento de Infra-estruturas e Energia (DIE)
9.	EX.CL/Dec. 625 (XVIII)	Prorrogação da Década das Pessoas Portadoras de Deficiência até 2019 e criação do Conselho Consultivo sobre o Envelhecimento, no âmbito de um novo Protocolo sobre o Envelhecimento, a ser elaborado pela CADHP	O DSA desenvolveu uma proposta para a implementação do SPF para a Protecção Social e Emprego Juvenil para a Coesão Social e o Crescimento Inclusivo. A Década das Pessoas Portadoras de Deficiência foi prorrogada, e o Plano de Acção revisto.		A proposta foi apresentada à Embaixada da Finlândia para análise de financiamento, a ser implementada a partir de Janeiro de 2012; As estruturas adequadas para a implementação do	Departamento dos Assuntos Sociais (DSA)

No .	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
			<p>O Quadro de Monitorização e Avaliação para a Implementação do Apelo para uma Acção Acelerada, e o Plano de Acção para uma África Digna para as Crianças foram submetidos aos Estados-membros.</p> <p>A criação do Conselho Consultivo sobre o Envelhecimento está prevista num artigo separado no Protocolo sobre o Envelhecimento, elaborado pela CADHP</p>		<p>PdA serão atribuídas mandato.</p> <p>Espera-se feedback dos EM em Setembro de 2011, para o Relatório a ser elaborado pela CUA.</p> <p>O Conselho Consultivo sobre o Envelhecimento será inaugurado em Janeiro de 2012.</p>	
10.	EX.CL/Dec. 626 (XVIII)	Situação da Operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) e seu financiamento	Apresentada à Conferência a situação da FAEA contida no Relatório sobre as actividades do CPS e situação de Paz e Segurança em África			Departamento de Paz e Segurança (PSD)
11.	EX.CL/Dec. 629 (XVIII)	Análise detalhada da situação nos Estados-membros e nas CERs sobre os mecanismos existentes e o Quadro Político sobre a acção humanitária para uma melhor coordenação	Parcialmente executado, uma vez que se trata de um exercício contínuo. Foram realizadas reuniões nas Regiões da África Austral, Central e Oriental com vista a encontrar formas de acelerar a	Os parceiros e outros intervenientes enfrentam dificuldades financeiras, devido aos desafios	A CUA deve embarcar numa estratégia mais agressiva de mobilização de recursos.	Departamento do Assuntos Políticos (DPA)

No .	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
			execução do Plano de Acção	globais de financiamento		
12	EX.CL/Dec. 631 (XVIII) and Assembly/AU/Dec.37 (XVI)	Campanha para a Assinatura e Ratificação da Carta Africana sobre os Valores e Princípios da Função Pública	<p>Uma reunião para a divulgação da Carta para os Estados-membros da África Central foi organizada de 18 a 20 de Março de 2011, em Libreville, Gabão;</p> <p>A Carta foi impressa em todas as línguas oficiais da UA para uma ampla distribuição e divulgação. Foi feita uma ampla distribuição em Nairobi, durante a 7ª Conferência dos Ministros da Função Pública (9-14 de Maio de 2011) e em Dar-Es-Salam, Tanzânia, no Fórum das Nações Unidas e de África sobre a Função Pública em 2011 (20-23 de Junho de 2011).</p> <p>A cerimónia solene para a assinatura da Carta foi organizada durante a 7ª Conferência dos Ministros da Função Pública, em Nairobi, Quênia, a 14 de</p>	<p>Falta de fundos para divulgação.</p> <p>Não foram previstos recursos no Orçamento de Programas para o exercício de 2011.</p>	Prever recursos no Orçamento complementar para actividades de divulgação.	DPA

No.	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
			Maio de 2011. Oito Estados-membros assinaram a Carta.			
13.	EX.CL/Dec. 632 (XVIII)	Reactivação do Comité <i>Ad Hoc</i> dos Sete sobre a Ilha Comorense de Mayotte	Organização do Dia Internacional em apoio à Ilha Comorense de Mayotte (26 de Março de 2011) Grande participação e mobilização de pareceres internacionais & nacionais	Vontade política insuficiente	Necessidade de uma estratégia global e uma visão de longo prazo. Inclusão da questão na agenda do Conselho Executivo	DPA
14.	EX.CL/Dec. 633 (XVIII)	Um Secretariado específico para o Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC) a fim de assegurar os serviços necessários de secretariado, através da CIDO	A Comissão continuou a prestar serviços necessários de secretariado através da CIDO e está a trabalhar através da Administração e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (AHRD) para garantir que o Secretariado dentro da CIDO disponha de um número suficiente de funcionários.	A aprovação de procedimentos pelo CRP demora algum tempo, bem como o processo de recrutamento. A actualização da componente de pessoal exige recursos adicionais dentro da capacidade limitada da	Consultas com o CRP e os organismos executivos relevantes para determinar e satisfazer as exigências essenciais a medida que o programa de trabalho avança.	CIDO

No .	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
				Comissão e da União.		
15.	EX.CL/Dec. 635 (XVIII)	Assegurar uma maior sinergia e coerência entre a Arquitectura Africana de Governação e a Arquitectura de Paz e Segurança	O PSD e o DPA realizam consultas			PSD & DPA
16.	EX.CL/Dec. 643 (XVIII)	Apresentação do projecto de protocolo relativo ao Fundo Monetário Africano para a próxima Conferência de Ministros da Justiça/ Procuradores-gerais, em Maio de 2011, para finalização	O projecto de Protocolo foi analisado pelos Juristas Governamentais e finalizado. Contudo, a Reunião Ministerial foi adiada para uma data posterior.			OLC
17.	EX.CL/Dec. 643 (XVIII)	Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana (Painel de Personalidades Eminentes)	Personalidades eminentes foram identificadas e as medidas necessárias foram tomadas para a apresentação das cartas de nomeação. Prevê-se que as consultas pelo Painel sejam realizadas no decorrer do ano e os resultados comunicados à Cimeira de Janeiro 2012.	Os fundos da UE necessários para realizar as consultas não estavam disponíveis no momento oportuno. Orçamento	Assegurar fundos suficientes para realizar todas as consultas necessárias; Necessidade apoio total dos Estados-membros e CER.	DEA

No .	No. & Título da Decisão	Acção necessária	Acção tomada (Implementada, Não Implementada)	Obstáculos	Via a seguir/ Recomendações	Responsabilidade
				insuficiente para realizar todas as consultas necessárias		

D. Decisões da Conferência

<p>1.</p>	<p>Assembly /AU/Dec. 333 (XVI)</p>	<p>Situação do Fundo da Mulher Africana e das actividades sobre a Década da Mulher Africana</p>	<p>Os Estados-membros alocaram à WGDD 0,5% do orçamento da CUA de 2011 como contribuição para o financiamento dos projectos dos Estados-membros e das OSC</p> <p>Os critérios para a selecção dos membros do Comité Directivo foram revistos durante a reunião ministerial realizada à margem do lançamento da Década da Mulher Africana, em Nairobi, Quénia, em Outubro de 2010.</p> <p>A WGDD tinha preparado convites para apresentação de propostas pelos Estados-membros e pelos intervenientes sobre o tema "Saúde da Mulher, Mortalidade Materna e VIH/SIDA". O convite para apresentação de propostas, a identificação de conceitos e as directrizes foi enviado aos Estados-membros e publicado na página Web da UA</p> <p>A WGDD organizou uma Mesa Redonda após a reunião da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), em Nova Iorque, a 25 e 28 de Março de 2011.</p> <p>A WGDD organizou uma Mesa Redonda, no dia 25 de Fevereiro de 2011, à margem da 55^a Sessão da CSW, em Nova Iorque, sobre o "Lançamento da Década da Mulher Africana em 2011, subordinado ao Tema: Saúde, Mortalidade Materna e VIH/SIDA. A Mesa Redonda tinha como objectivo analisar e alterar o "Anúncio e Convite para a apresentação de propostas para o tema: Saúde, Mortalidade Materna e VIH/SIDA"</p>	<p>A próxima Reunião do Comité Directivo será organizada em Maio de 2011, em Adis Abeba, após a reunião do Comité dos 30 e do Comité dos 11, ambas sobre a Década da Mulher Africana (ADW)</p>	<p>A operacionalização do Fundo da Mulher Africana ainda não está totalmente implementada devido a situações de incumprimento das contribuições ao Fundo por parte de alguns parceiros de desenvolvimento como a Alemanha</p>	<p>Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento (WGDD)</p>
-----------	------------------------------------	---	---	--	---	--

<p>2.</p>	<p>Assembly/AU/Dec.33 8 (XVI)</p>	<p>Elaborar e apresentar ao CPS, um relatório sobre a visão estratégica da UA referente à cooperação entre a União Africana e as Nações Unidas em matéria de paz e segurança, como um contributo para apreciação do Conselho de Segurança do próximo relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre esta temática, tendo em conta as decisões pertinentes da UA e a necessidade de uma interpretação flexível e criativa do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Comissão está também em processo de finalização do roteiro da APSA para orientar a operacionalização da APSA para o período 2011-2013. • As CER/MR e a UE criaram um Programa de Apoio com um pacote financeiro de 40 milhões de Euros provenientes do segundo APF, que cobre estruturas chave da APSA. O programa inclui também outros elementos novos resultantes da revisão da APSA. Este Programa teve início a 1 de Maio de 2011, e terá a duração de 44 meses. • Nos dias 15 e 16 Março de 2011, a UA e as CER/MR realizaram uma reunião técnica em Nairobi, para analisar o projecto de Acordo de Implementação e o Manual de Implementação do Programa de Apoio à APSA • O Comité dos sete ainda não se reuniu. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos inadequados para apoiar a prevenção de conflitos e os esforços de resolução no terreno, bem como para apoiar a consolidação da paz onde ela foi alcançada. • Cooperação insuficiente por parte de alguns intervenientes, o que aumenta os desafios enfrentados pela UA, uma vez que se esforça para prevenir e resolver conflitos e consolidar a paz onde ela foi alcançada. • Tentativas de marginalizar o continente na gestão de questões que lhe dizem respeito 	<p>O Roteiro da APSA, uma vez finalizado, será usado como uma estrutura para apoio de parceiros para a operacionalização da APSA</p> <p>Prossecução e intensificação dos esforços iniciados para a implementação das decisões pertinentes da UA, incluindo a Declaração e Plano de Acção de Trípoli, bem como os resultados da Reunião Ministerial do CPS de 26 de Abril e da Sessão Extraordinária da Conferência da União sobre o Estado da Paz e Segurança, realizada a 25 de Maio de 2011.</p>	<p>PSD</p>
-----------	-----------------------------------	---	--	--	--	-------------------

3.	<p>Assembly/AU/Dec.3 39 (XVI)</p>	<p>Prosseguir e intensificar as iniciativas lançadas no âmbito do Ano da Paz e Segurança em África</p>	<p>Recrutados oficiais de comunicação e gestor de website.</p> <p>Embaixadores da Paz estão a levar a cabo as suas actividades para promover a paz em África. Em particular, Michael Essien, Embaixador da UA da Paz, organizou um jogo de futebol pela paz, em Accra, Gana, para marcar o Dia de África, a 25 de Maio de 2011. Rabah Majer, também Embaixadora da Paz da UA, participou no evento.</p> <p>A Comissão está a desenvolver uma estratégia de angariação de fundos para mobilizar o apoio popular para ajudar os esforços de paz da UA.</p> <p>O novo logotipo da campanha "Acção para a Paz" foi concebido e está a ser disseminado.</p>	<p>Continuar as actividades de sensibilização.</p> <p>Adoptar o projecto de estratégia de angariação de fundos e o seu plano de implementação.</p> <p>O Secretariado necessita de ser reforçado com mais pessoal, a fim de reforçar a capacidade interna da UA para que possa realizar plenamente os objectivos da campanha "Acção para a Paz" e dar maior visibilidade aos esforços de paz da UA</p>	<p>PSD</p>
----	---------------------------------------	--	--	---	-------------------

4.	Assembly/ AU/Dec.34 0 (XVI)	Mobilizar as promessas feitas durante a Mesa Redonda de Doadores em Dakar, sobre o Caso Hissène Habré e finalizar as modalidades para o julgamento célere de Hissène Habré através de um tribunal especial de carácter internacional, em conformidade com a Decisão do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)	<p>A Reunião Consultiva teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, entre 23 e 24 de Março de 2011, durante a qual o Senegal e a UA decidiram criar um Tribunal Internacional <i>Ad Hoc</i>, no Senegal. Esta reunião aprovou também o Projecto de Estatuto do Tribunal Internacional <i>Ad Hoc</i>.</p> <p>O projecto de Acordo que estabelece o referido Tribunal, o Projecto de Estatuto e o Projecto do Regulamento Interno, e definição dos elementos de prova do Tribunal de Justiça foram elaborados pela Comissão.</p> <p>Um Relatório de Actividades sobre a realização da Conferência foi elaborado para a sessão em curso da Conferência.</p>	<p>Antes de finalizar o processo de criação do Tribunal Internacional <i>Ad Hoc</i>, os Parceiros hesitam em desembolsar os fundos prometidos durante a Mesa Redonda de Doadores, ocorrida em 24 de Novembro de 2010</p>	<p>Concluir os debates com o Senegal e o relatório para a Conferência.</p> <p>Acelerar o processo de criação do Tribunal Internacional <i>Ad Hoc</i> (Assinatura do Acordo que institui o Tribunal de Justiça entre a UA e o Governo do Senegal, e aprovação do seu Estatuto, bem como o seu Regulamento Interno e definição dos elementos de Prova)</p>	OLC
5.	Assembly/ AU/Dec.34 1 (XVI)	Finalizar os instrumentos jurídicos sobre a transformação da Comissão da UA em Autoridade da UA para a apresentação à 17ª Sessão Ordinária da Conferência, prevista para Junho/Julho de 2011, em Malabo.	O OLC irá convocar uma reunião de Ministros da Justiça / Procuradores-gerais dos Estados-membros para analisar e aprovar os instrumentos jurídicos sobre a transformação da Comissão da União Africana em Autoridade da União Africana, de 18 a 19 de Maio de 2011, em Adis Abeba;	O saldo do orçamento para essa actividade não irá cobrir o custo da Reunião Ministerial.	O OLC irá explorar a possibilidade de utilizar o orçamento da Conferência, após aprovação do Presidente.	OLC

6.	Assembly/ AU/Dec.34 2 (XVI)	<p>Acompanhamento das negociações sobre as alterações climáticas</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Trabalhar em ligação com a República da África do Sul e o BAD, para instalar um Pavilhão de África na COP 17; ii) Preparar adequadamente o Apoio ao Grupo Africano de Negociadores (Peritos) durante as conversações preliminares sobre as Alterações Climáticas conducentes à COP 17; iii) Convocar uma Conferência dos Ministros Africanos responsável pelas Alterações Climáticas para finalizar os documentos no quadro dos preparativos da COP17. 	<p>Implementado.</p> <p>Criação de um Comité Directivo para o Programa Africano no âmbito da CoP17 e um Evento Paralelo composto pela CUA, a República da África do Sul (RAS), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), a NEPAD e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para coordenar e orientar a preparação de África para o acolhimento com sucesso da CoP 17.</p>			DREA
----	-----------------------------------	--	---	--	--	------

7.	Assembly/ AU/Dec.34 3 (XVI)	Preparação para a Cimeira entre África e os Estados Árabes, prevista para 2013, no Kuwait				DPA & BCP
8.	Assembly/ AU/Dec.34 4 (XVI)	Encetar mais debates com a UE, com vista à criação de um Fundo Africano para a Integração	As discussões com a UE estão em curso. O projecto de proposta está a ser analisado pela UE paralelamente aos debates internos da UE sobre um possível Instrumento Pan-Africano no âmbito das próximas perspectivas financeiras da UE.	A complexidade da criação de novos instrumentos na UE; Apoio total de todas as partes envolvidas.	Continuar a envolver plenamente a UE e realizar consultas com os intervenientes africanos.	BCP & DEA

<p>9.</p>	<p>Assembly/AU/Dec.34 5 (XVI)</p>	<p>A CUA deve servir de Secretariado para os dois (2) países que representam África - tanto em termos de preparação para a Cimeira do G8 como para a Cimeira do G20 e coordenação das posições africanas.</p>	<p>Sessão do Grupo de Contacto G8-África:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A União Africana, através do Comissário para os Assuntos Económicos fez contribuições para a Agenda da Sessão do Grupo de Contacto G8-África, realizada em Deauville, França, a 26-27 de Maio, e para a declaração conjunta; • O Departamento participou em duas reuniões dos representantes do G8-África que reuniram-se para preparar a sessão do Grupo de Contacto realizada em Paris, França, em Abril e Maio de 2011, bem como no 16º Fórum da Parceria com África (APF) <p>G20</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na Cimeira do G20, realizada em Seul, Coreia do Sul, nos dias 11 e 12 de Novembro de 2010, África foi representada por Malawi como Presidente da União Africana, e Etiópia como Presidente do Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). • Harmonização de uma série de reuniões preparatórias para a próxima Cimeira do G20, incluindo uma reunião dos Ministros da Agricultura na qual a Comissão da União Africana também irá participar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação adequada da parte africana na finalização da declaração conjunta; • Restrições de recursos para participar tanto na Cimeira como nas reuniões preparatórias das reuniões dos representantes do G8-África e APF. <p>Cimeiras do G20</p> <ul style="list-style-type: none"> • Restrições de recursos para participar tanto nas reuniões preparatórias como nas Cimeiras do G20. • Problema em termos de calendário das reuniões preparatórias da parte africana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da coordenação da parte africana na finalização da declaração conjunta; • Mais contribuições para a definição da agenda da Sessão do Grupo de Contacto G8-África. <p>Cimeiras do G20</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de assegurar mais recursos • Assegurar que os calendários para as reuniões do C10 e das reuniões dos Governadores do Banco Central e Ministros das Finanças permitam que o último fórum seja capaz de analisar e validar os resultados da reunião do C10, antes da Cimeira. 	<p>Gabinete do Vice-presidente & Dept. dos Assuntos Económicos</p>
-----------	-----------------------------------	---	--	--	--	---

10.	Assembly/AU/Dec.346 (XVI)	Preparar toda a documentação e material correspondente para o Tema: <i>"Acelerar a Capacitação da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável"</i>	Em processo de implementação e a ser debatido durante a Cimeira de Julho de 2011	Falta de financiamento adequado/especial/específico para o departamento responsável pelo tema da Cimeira. A Divisão da Juventude tem apenas um funcionário permanente/chefe da Divisão. Falta de fundos adequados para implementar as decisões	As decisões a serem tomadas pela Conferência devem ser implementadas por todos os Estados-membros e a CUA. O lugar vago para a Divisão deve ser preenchido o mais rapidamente possível.	Departamento dos Recursos Humanos Ciências e Tecnologias (HRST) com o apoio da OSGC
11.	Assembly/AU/Dec.347 (XVI)	Preparar toda a documentação e material pertinente para o Tema: <i>"Promoção do Comércio Intra-Africano"</i>	Em processo			Departamento do Comércio e Indústria (DTI) com o apoio da OSGC

12.	Assembly/AU/Dec.351 (XVI)	Realização de um estudo sobre os objectivos, a estrutura, implicações financeiras, bem como a localização do Centro da União Africana para a Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (AUC-RDPC), em colaboração com a República Árabe do Egito	Um consultor foi contratado para trabalhar com a Comissão, o Governo Egípcio e a Delegação da UE, na realização do estudo.	O processo de identificação de um consultor adequado e o processo administrativo de recrutamento levou mais tempo do que o previsto.	Um relatório completo sobre este processo estava inicialmente previsto para ser apresentado à Cimeira de Junho/Julho de 2011. Contudo, a sua apresentação foi adiada para a próxima sessão da Conferência, uma vez que o estudo será concluído até Julho de 2011.	Departamento de Paz e Segurança (PSD) com Egito
-----	---------------------------	--	--	--	---	--

13.	Assembly/AU/Dec.352 (XVI)	<p>Executar as medidas contidas no relatório apresentado pela República do Gabão relativamente à participação de África na Conferência de Nagoya sobre a Biodiversidade, onde foi acordado o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Incluir a biodiversidade nas prioridades da União Africana; ii) Encorajar os Estados-membros da União Africana a tornarem-se "Partes" de todas as Convenções relativas à biodiversidade; iii) Integrar a proposta nas estruturas existentes 	<p>As questões de biodiversidade, incluindo recursos florestais, marinhos e costeiros estão a ser gradualmente incorporados nas actividades da Comissão.</p>	Limitações orçamentais		DREA em colaboração com o Gabão
-----	---------------------------	---	--	------------------------	--	---------------------------------

14.	Assembly/AU/Dec.353 (XVI)	1. A Comissão solicitou o seguinte: i) Trabalhar com o Governo da África do Sul na comemoração do centenário do ANC; ii) Trabalhar com vista a rever a documentação da história de libertação do continente; iii) Apelar a comunidade internacional a observar o centenário do ANC, no dia 08 de Janeiro de 2012;	Em processo			Departamento dos Assuntos Sociais (DSA) e outros Departamentos
-----	---------------------------	--	-------------	--	--	---

15.	Assembly/ AU/Dec.35 4 (XVI)	O CRP e a Comissão devem apoiar os esforços tendentes a alcançar os bons resultados do programa conducente à Cimeira Global da Diáspora Africana	O Roteiro está a ser implementado dentro dos prazos. A reunião preparatória foi realizada na primeira quinzena de Fevereiro de 2011 e o Workshop Técnico foi realizado no final de Fevereiro, como aprovado. A reunião ministerial de acompanhamento está prevista para Setembro de 2011. Tem havido apoio conforme esperado. O ponto sobre a Diáspora continua na ordem de trabalhos para esta Cimeira.	Torna-se indispensável aumentar o nível de apoio material e político a este processo.	Continuação da cooperação entre a Comissão, CRP, órgãos executivos da União, Estados-membros e a Comunidade da Diáspora para assegurar uma adequada preparação e condução da Cimeira Global da Diáspora Africana.	CIDO com o apoio da OSGC
16.	Assembly/A U/Dec.355 (XVI)	Solicita-se aos Estados-membros e as CERs para que maximizem a utilização dos escritórios da Organização Panafricana da Mulher nas suas respectivas regiões;	Em processo de implementação			WGDD

17.	Assembly/A U/Dec.356 (XVI)	Garantir o respeito do princípio da representação geográfica em todos os Órgãos da União Africana, cujos membros são eleitos, salvo nos casos em que uma região, que tenha sido devidamente informada, não tenha apresentado candidatos e tendo em conta a aplicação obrigatória do princípio da representação geográfica na elaboração dos instrumentos jurídicos sobre a transformação da Comissão da UA em Autoridade da UA	Esta decisão está a ser tomada em conta.			OLC
18.	Assembly/A U/Dec.357 (XVI)	Realizar um estudo sobre os objectivos, as estruturas e as implicações financeiras da proposta de criação do programa do Legado da Libertação de África, em Dar-es-Salam, Tanzânia	Em processo			O DSA em colaboração com a Tanzânia

19.	Assembly/AU/Dec.358 (XVI)	Tomar as medidas adequadas para a criação do Comité de Acompanhamento da Declaração de Yaoundé dentro de um prazo de trinta (30) dias, a partir da data da adopção dessa Decisão, com o mandato de construir e propor cenários precisos de implementação, incluindo a natureza e a planificação de iniciativas colectivas concretas que a África poderá empreender ao nível mundial ou continental, a fim de enfrentar os seus novos desafios, utilizando a contribuição financeira da República dos Camarões, no valor de 300.000\$EU	Em processo de implementação			BCP & DPA
-----	---------------------------	--	------------------------------	--	--	-----------

20.	Assembly/A U/Dec.361 (XVI)	Tomar as providências necessárias para a comemoração do Quinquagésimo Aniversário da OUA, em Maio de 2013, em estreita colaboração com o país anfitrião, a Etiópia e os Estados-membros, e apresentar um relatório à Conferência de forma regular	Consultas necessárias estão em curso; Relatório de Actividades a ser apresentado em Janeiro de 2012.			CUA

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2011-07-01

The Report of the Commission on the Implementation of Previous Decisions of the Executive Council and the Assembly

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/9092>

Downloaded from African Union Common Repository